

Sobre a curricularização da extensão nos cursos superiores do IFMT: uma análise dos percursos e desafios

About the implementation of extension in the curriculum in higher education courses at the IFMT: an analysis of paths and challenges

Sobre la curricularización de la extensión en cursos de educación superior en la IFMT: un análisis de caminos y desafíos

Caroline Martins Ojeda¹, Patrícia Pereira da Silva Lopes²
e Vanessa Batista³

Resumo

O artigo apresentado tem origem no projeto de pesquisa intitulado “Curricularização da Extensão: uma análise da implementação e sua indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no Instituto Federal de Mato Grosso”, de cunho qualitativo, em que se investigou a implementação da curricularização da extensão nos cursos superiores do IFMT. Utilizando um questionário, do qual obtivemos trinta e nove respostas de servidores da instituição que trabalham diretamente com cursos superiores – de um total de sessenta e dois cursos –, e reuniões com duas equipes de gestão de cursos de graduação do IFMT, analisamos o contexto desta instituição, partindo de uma proposta de problematização do processo de curricularização da extensão. Os resultados apontam para a necessidade da promoção de diálogos sobre as dificuldades do corpo docente e gestão de cursos na implementação da extensão no currículo, assim como para a importância da formação, visando a compreensão deste processo que se apresenta ainda incipiente na instituição.

Palavras-chave: Curricularização da extensão. Cursos superiores. Instituto Federal de Mato Grosso.

Abstract

The presented article originates from the research project entitled “Insertion of the extension on the curriculum: an analysis of the implementation and the inseparability between teaching, research and extension at IFMT”, of a qualitative nature, in which the implementation of the curriculum of extension in higher education courses of IFMT was investigated. Using a questionnaire, from which we obtained thirty-nine responses from the institution’s employees who work directly with higher education courses - out of a total of sixty-two courses -, and meetings with two IFMT undergraduate course management teams, we analyzed the context of this institution, starting from a proposal to problematize the insertion of extension on the curriculum. The results point to the need to promote dialogues about the difficulties of the teaching staff and course management in implementing extension in the curriculum, as well as the importance of training, aiming at understanding this process, which is still incipient in the institution.

Keywords: Extension inside the curriculum. Higher education courses. Federal Institute of Mato Grosso.

Resumen

El artículo presentado tiene su origen en el proyecto de investigación titulado “Curricularización de la Extensión: un análisis de la implementación y su inseparabilidad entre docencia, investigación y extensión en la IFMT”, de carácter cualitativo, en el cual se analiza la implementación del currículo de extensión en los cursos de educación superior de la IFMT. Utilizando un cuestionario, del cual obtuvimos treinta y nueve respuestas de los empleados de la institución que trabajan directamente con los cursos de educación superior - de un total de sesenta y dos cursos -, y reuniones con dos equipos de gestión de cursos de pregrado del IFMT, analizamos el contexto institucional, a partir de una propuesta para problematizar el proceso de curricularización de la extensión. Los resultados apuntan para la necesidad de promover diálogos sobre las dificultades del profesorado y de la gestión de cursos en la implementación de la extensión en el currículo, así como la importancia de la formación, con el objetivo de comprender ese proceso, aún incipiente en la

1 Mestre em História (UFMT) - Doutoranda em Educação. Técnica em assuntos educacionais. Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da FE/UFG, via PCI com o IFMT. E-mail: caroline.ojeda@ifmt.edu.br

2 Mestrado em Educação (UNEMAT). Pedagoga. Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da FE/UFG, via PCI com o IFMT. E-mail: patricia.lopes@ifmt.edu.br

3 Graduanda do curso de Bacharelado em Zootecnia. Discente - IFMT Campus Alta Floresta. E-mail: Vanessabatista272015@gmail.com

institución.

Palabras Clave: TCurricularização de la extensión. Cursos superiores. Instituto Federal de Mato Grosso.

1. INTRODUÇÃO

O estudo que por ora apresentamos é o resultado do projeto de pesquisa intitulado “Curricularização da extensão: uma análise da implementação e sua indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no IFMT”⁴, o qual baseou-se em pressupostos da pesquisa qualitativa, conforme descritos por Bogdan e Biklen (1994). Tal projeto teve como objetivo analisar a implementação da extensão nos currículos dos cursos superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), a fim de compreender de forma mais pormenorizada este processo e suas implicações no contexto acadêmico.

Compreendemos este processo de curricularização da extensão muito além da mera atribuição de créditos, representando uma abordagem que oferece novos horizontes à educação superior no Brasil, uma vez que possibilita a integração do ensino, de experiências de cunho prático e demandas sociais, reconfigurando os currículos de cursos superiores (PEREIRA, VITORINO, 2019). No entanto, a complexidade desse processo e a diversidade de contextos nos diferentes Campi da instituição demandam uma investigação aprofundada para identificar as particularidades e diferenças existentes.

Neste sentido, para a estruturação do escopo da pesquisa, surgiram questões relevantes que fundamentaram a realização deste estudo. Dentre elas, destacam-se: Como vem ocorrendo a adaptação curricular nos diferentes cursos de graduação do IFMT? Quais são os principais desafios enfrentados pelos docentes e gestores nesse processo? Na instituição, há cursos nos quais o processo aqui em voga já foi efetivado? Se sim, o que os torna passíveis de análise em relação aos sucessos e desafios enfrentados nessa implementação?

Por não encontrarmos evidências de acompanhamento sistematizado deste processo, consideramos a existência de uma lacuna, acarretando o desenvolvimento da pesquisa mencionada. Neste sentido, a pesquisa visou incentivar movimentos internos na instituição, que possam subsidiar ações concretas de acompanhamento da curricularização da extensão e o incentivo da integração efetiva entre ensino, pesquisa e extensão.

Consideramos de suma importância este acompanhamento, de forma a problematizar o novo cenário que se apresenta para a educação superior no país. Assim, é preciso atenção não somente ao cumprimento das legislações vigentes, mas também à apropriação do que se compreende por ações extensionistas, com o objetivo final de aprimorar o papel socioeducativo que lhes é intrínseco (ALMEIDA, CAPUTO, 2014).

⁴ O projeto em questão foi realizado a partir do Edital IFMT 34/2022–Projetos de Pesquisa Aplicada e Bolsas de Iniciação Científica–Servidores Técnicos Administrativos, contando ainda com o fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT) à iniciação científica.

Com base nestes pressupostos, o presente estudo se guia pela seguinte questão: como está ocorrendo o processo de implementação da extensão nos currículos dos cursos de ensino superior no Instituto Federal de Mato Grosso?

Para obter essa resposta, foram realizadas três fases ao longo da pesquisa: um levantamento bibliográfico sobre a temática de curricularização da extensão no Brasil, a aplicação de um questionário semiestruturado que teve como público-alvo servidores do IFMT que trabalham diretamente com os cursos de graduação e, finalmente, o diálogo com gestores e coordenações de curso, de modo a delinear práticas extensionistas exitosas já realizadas no âmbito do IFMT. Trataremos a seguir das fases 2 e 3 da pesquisa desenvolvida.

2. INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: O PROCESSO DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURRÍCULOS DE CURSOS SUPERIORES

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) – um marco legal que estabelece as diretrizes gerais para a educação brasileira –, a extensão tornou-se um dos pilares da educação no país, com destaque à formação cidadã e ao desenvolvimento social (JUNG, FOSSATI, 2018).

Além da LDB, diferentes marcos regulatórios devem ser considerados quando se trata da extensão no ensino superior. Destacamos o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), quando este estabelece metas para a educação no Brasil e inclui a ampliação da curricularização como uma das estratégias para a formação de profissionais capacitados e comprometidos com a sociedade (SANTOS, 2020). Além disso, a Lei do Estágio (Lei nº 11.788/2008) e o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016) também compõem os dispositivos que balizam o arcabouço legal no país para a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão nos currículos dos cursos superiores.

A constituição brasileira de 1988 estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio fundamental do tripé universitário (BRASIL, 1988, p. 57). Isso implica que as instituições de ensino superior devem trabalhar esses três eixos de forma equivalente, reconhecendo a interdependência entre eles.

A extensão universitária, como um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico, promove a interação entre a academia e a sociedade, permitindo que os estudantes apliquem seus conhecimentos e contribuam para o desenvolvimento social, cultural e científico do país (MENEZES, SÍVERES, 2013). Dessa forma, a extensão desempenha um papel relevante na formação dos estudantes, ao proporcionar a vivência dos desafios da realidade e o desenvolvimento de habilidades sociais e profissionais em consonância com suas áreas de atuação.

No IFMT, a extensão é pensada como uma prática que engloba educação, cultura e ciência, inseparável do ensino e da pesquisa. Neste sentido, por meio de ações extensionistas, crê-se na interação transformadora entre a instituição de ensino e a sociedade, impul-

sionando o desenvolvimento local e regional, além de promover a socialização da cultura e do conhecimento técnico-científico (PDI, 2019).

Como disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFMT, entende-se que ensino, pesquisa e extensão constituem uma unidade, de forma que devem necessariamente caminhar juntos no processo de ensino-aprendizagem. Assim, o currículo dos cursos de graduação do IFMS deve apresentar um conjunto de habilidades e competências que sejam capazes de resgatar a unidade entre os três eixos que formam o escopo da formação acadêmico-profissional” (PDI, 2019, p.99).

Para tanto, como forma de regulamentar a curricularização da extensão na instituição, visando o atendimento à Resolução MEC/CNE/CEB nº 07, de 18 de dezembro de 2018⁵, foram instituídas as Resoluções CONSEPE nº 021/2021 e CONSUP nº 022/2021, que aprovaram o Regulamento para curricularização da extensão no âmbito do IFMT⁶.

Além da organização institucional, é crucial reconhecer que o currículo está sendo repensado como um processo não linear e participativo. As disciplinas deixam de ser verdades absolutas, transformando-se em espaços de produção coletiva e reflexão crítica. Os conteúdos disciplinares não são mais a essência do curso, mas sim referências para novas buscas e descobertas, proporcionando aos estudantes uma formação sólida e crítica. A flexibilização curricular, que rompe com a predominância das disciplinas, é efetivada quando a instituição adota essa abordagem transdisciplinar (FORPROEX, 2006).

Ultrapassando os arranjos didáticos metodológicos ou os meros rateios curriculares que abarcam o percentual definido no marco legal, a curricularização da extensão é processo, com implicações na concepção de educação–de aprendizagem experiencial a partir da inserção na cotidianidade e aproximação com o campo profissional-, na arquitetura curricular, no processo avaliativo, nas políticas acadêmicas e de gestão, na sustentabilidade da Instituição de Ensino Superior (IES) (IMPERATORE, 2019).

2.1 Sistematização do Questionário: Curricularização da extensão–por onde começar?

O IFMT, de acordo com o seu PDI, já desenvolve atividades extensionistas em seus cursos de graduação. No entanto, para implementação da extensão no currículo desses cursos, de forma a atender às legislações externas e internas, começa na instituição um movimento de estudos, reuniões e encontros, para regulamentar a curricularização da extensão no âmbito do Instituto⁷.

5 Estabelece as diretrizes para a extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei no 13.005/2011, ou seja, as Instituições de Ensino Superior (IES) devem adaptar os Planos Pedagógicos de Curso (PPC) de graduação para implementar a curricularização da extensão, com prazo final previsto para 2022.

6 O regulamento estabelece que as Pró-reitorias de ensino, pesquisa e extensão, juntamente com a coordenação de extensão nos campi, devem desempenhar várias funções no processo de curricularização da extensão. Isso inclui assessorar as coordenações de cursos, os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e órgãos colegiados nesse processo. Além disso, são responsáveis pelo acompanhamento e avaliação da curricularização da extensão, pela criação de indicadores, tecnologias e instrumentos de acompanhamento.

7 Uma dessas ações que abrangeu toda a instituição foi a realização de três encontros online (transmitido pelo canal youtube IFMT/TV) denominado “Ciclo de debates sobre a curricularização da extensão”, em formato de mesa redonda, organizado pelas pró-reitorias de ensino e extensão. As temáticas abordadas foram: “Desafios e Perspectivas para a Curricularização da Extensão nas IEs Públicas”, “O processo de regulamentação da Curricularização da Extensão no IFMT” e “Curricularização da Extensão no IFMT: compartilhando experiências” com a participação de convidados externos professores/pesquisadores Daniel Pansarelli (UFABC); Olgamir Amâncio Ferreira (UNB) e Marlova

Nesse caminho de construção, foi aplicado um questionário pela equipe do projeto que originou o estudo aqui apresentado, com o objetivo de levantar informações quanto aos servidores que atuam no ensino, pesquisa e extensão nos campi do IFMT, indagando a respeito da implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação em seus respectivos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC).

O período de coleta de dados foi de março a outubro de 2022. Tal ferramenta de pesquisa foi composta por 6 (seis) questões objetivas e 1 (uma) questão aberta. Esta última questão teve o propósito de esclarecer quais seriam as dúvidas e as sugestões sobre a implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação e iniciar um desenho do que esperamos efetivar enquanto práticas extensionistas na instituição. Ao aplicarmos o questionário junto aos 19 (dezenove) campi do IFMT, foi possível obter 39 (trinta e nove) respostas, dentre um público de 62 (sessenta e dois) cursos de graduação na instituição. Destes cursos, 39 (trinta e nove) já implementaram a extensão nos currículos na reformulação dos PPC. A seguir apresentamos os campi que participaram do questionário:

Figura 1 – Campus que respondeu o questionário



Fonte: Dados elaborados pelas pesquisadoras (2022).

Quando questionados quanto às dúvidas, os desafios e os obstáculos em relação à implementação da extensão nos currículos dos cursos do IFMT—considerando que essa questão poderia ter mais de uma resposta -, percebemos que mais de 50% dos participantes compreendem este processo como desafiador:

- (56,4%) compreendem como um desafio a curricularização da extensão **nos cursos noturnos**, no sentido de realização das atividades extensionistas e creditação das horas.
- (35,9%) dos respondentes alegaram terem dificuldades em compreender o **formato** que será implementado a curricularização no seu campus, para contemplar os requisitos legais e **realizar a dinâmica de integração do ensino, pesquisa e extensão**.
- (30,8%) responderam que veem como um desafio pensar a **carga horária de (10%)** para a curricularização da extensão nos currículos dos cursos.

- d) (28,2%) entendem que existe uma gama de instruções para a curricularização da extensão, mas que têm dificuldades em **interpretá-las**. E que, neste caso, seria benéfico um curso de capacitação para que possam compreender melhor **a legislação** vigente.
- e) (10,3%) dos respondentes veem como uma dificuldade o estreitamento de **relações entre a instituição e a comunidade externa**.
- f) (2,6%) dos respondentes marcaram a opção de resposta (outros) nas quais elencaram:

É minha primeira experiência em curricularização da extensão. No curso que estou não percebi um **conceito institucional de curricularização**, parto de experiências anteriores de extensão que vivenciei. No momento ainda estou no início dos trabalhos, mas encontro dificuldades na **falta de infraestrutura**, como um laboratório para promover as primeiras orientações dos estudantes para caminhar do projeto de extensão. Há o desafio da **agenda dos estudantes**, mas tenho trabalhado para otimizar o máximo no período que estão na Instituição para conseguir envolvê-los e motivá-los nesse desafio (Respondente A, grifo nosso).

Sem dúvida há obstáculos, mas a partir do momento que a curricularização está bem definida no PPC é só implementar (Responder C).

Conseguí entender melhor o processo e estamos finalizando a reformulação do PPC que atuo (Respondente D).

A dificuldade da implementação é o desconhecimento dos próprios docentes dos cursos, principalmente os substitutos e os professores de áreas afins que pegam disciplinas esporádicas no curso, pois esses desconhecem o PPC do curso (Respondente E).

O nosso curso ajustou as cargas horárias e o processo tramitou no CONSEPE (Respondente F).

Em relação às práticas extensionistas que o campus já executa e se estas atendem à legislação vigente, percebe-se que a maioria dos participantes entendem que há limitações na comunicação e na articulação quanto à implementação da curricularização da extensão. Assim, obteve-se o seguinte resultado:

- a) 33,3% responderam que “**não**, o campus ainda não realiza práticas de projetos, programas, eventos, parcerias e outras atividades que contemplam a exigência legal de 10% da carga horária da matriz do estudante voltada para a extensão e **ainda não** foram realizadas orientações quanto ao planejamento para contemplá-las nos planos de ensino”.
- b) 25,6% disseram que “**sim**, o campus já realiza práticas de projetos, programas, eventos, parcerias e outras atividades que **contemplam parcialmente** a exigência legal de 10% da carga horária da matriz do estudante voltada para a extensão, **mas ainda não foram** realizadas orientações quanto ao planejamento para contemplá-las nos planos de ensino”.

- c) 15,4% marcaram a opção que “**sim**, o campus já realiza práticas de projetos, programas, eventos, parcerias e outras atividades que contemplam a exigência legal de 10% da carga horária da matriz do estudante voltada para a extensão e **já foram realizadas** orientações quanto ao planejamento para contemplá-las nos planos de ensino.
- d) 15,4% responderam que “**sim**, o campus já realiza práticas de projetos, programas, eventos, parcerias e outras atividades que **contemplam parcialmente** a exigência legal de 10% da carga horária da matriz do estudante voltada para a extensão e já foram realizadas orientações quanto ao planejamento para contemplá-las nos planos de ensino.
- e) 10,3% respondentes marcaram a opção outras, que corresponde:

Sim, o curso de Licenciatura em Química no campus Cáceres já realiza práticas de projetos, programas, eventos, parcerias e outras atividades que contemplam a exigência legal de 10% da carga horária da matriz do estudante voltada para a extensão e já foram realizadas orientações quanto ao planejamento para contemplá-las nos Planos de ensino (Respondente H).

Não há condições de infraestrutura (pessoas, tempo, equipamentos, salas, recursos financeiros, etc.) para se implementar adequadamente, consistindo em atividades superficiais para cumprir a legislação (Respondente I).

Especificamente sobre o curso de Licenciatura em EF, a extensão está sendo implementada conforme o PPC, sendo que houve orientações da coordenação para registro nos planos de ensino. Não posso afirmar em relação aos demais cursos (Respondente E).

Já sobre a compreensão da diferença entre atividades complementares e atividades extensionistas, 87,2% responderam que sim, compreendem esta diferença, ao passo que 12,8% responderam não compreender. Os participantes foram indagados, na sequência, sobre quais atividades consideram passíveis de serem aderidas, de forma transversal e interdisciplinar, como atividades extensionistas dentro dos currículos dos cursos do IFMT. Nesta questão poderiam marcar mais de uma opção, sendo que:

- a) 74,4% marcaram a opção “projetos institucionais e eventos (técnico, científico, cultural)”.
- b) 66,6% assinalaram o item “minicursos”.
- c) 59% marcaram a opção “projetos com parcerias”.
- d) 53,8% assinalaram o item “práticas de campo”.
- e) 51,3% responderam “visitas técnicas, científicas e culturais e prestação de serviço”.
- f) 48,7% apontaram “programas e assessoramento técnico a populações vulneráveis”.

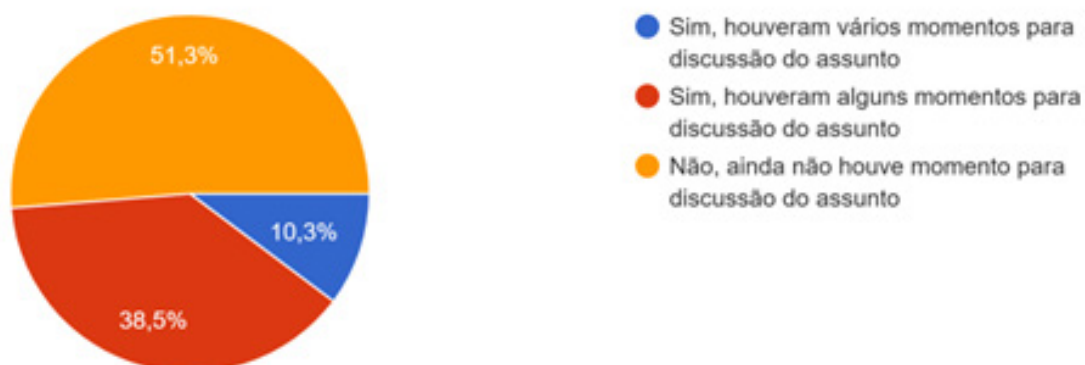
- g) 41% marcaram a opção “produções e publicações”.
- h) 38,5% responderam “atividades relacionadas ao TCC e Estágio Curricular Obrigatório, com carga horária específica para a extensão e atividades temáticas em todas as disciplinas da matriz”; apontaram “disciplina específica”; e “atividades temáticas em todas as disciplinas da matriz”.
- i) 2,6% responderam “deve-se adequar a cada turma para verificar a forma mais viável da situação”; e “quaisquer projetos desde que tenham envolvimento com a comunidade externa”.

Posteriormente, tendo em vista a necessidade de monitoramento das atividades extensionistas, questionou-se quanto às formas de acompanhamento e avaliação da curricularização da extensão nos campi, conforme disposto no regulamento institucional para este processo. Como resultado, 53,8% responderam que “sim, o campus **iniciou** as discussões; já 41% marcaram que “não, o campus **ainda não iniciou** as discussões; os outros 5,1% responderam que “**sim, o campus já definiu** junto aos cursos de graduação os procedimentos de acompanhamento e análise da curricularização da extensão”. Há aqui a evidência de um movimento–ainda que incipiente–de um acompanhamento da curricularização da extensão, fato este que pode auxiliar os campi na resolução de eventuais problemas quanto a este processo.

Relacionado ao processo de reformulação dos PPC de graduação para incluir a extensão nos currículos, consideramos pertinente ponderar a respeito da curricularização da pesquisa no questionário aplicado. Isso se deve à possibilidade de se tornar uma exigência legal futura por parte do MEC. A partir das respostas, é possível afirmar que não há evidências de um movimento de impacto para a curricularização da pesquisa dentre os cursos de graduação no IFMT.

A esse respeito, dos (39) trinta e nove respondentes: **51,3%** afirmaram que ainda não houve momento para discussão do assunto; já **38,5%** manifestaram que houve alguns momentos, e **10,3%** afirmaram que houveram vários momentos de discussão sobre a inserção da pesquisa nos currículos dos cursos de graduação, conforme mostra a figura a seguir:

Figura 2 – Respondentes sobre a curricularização da pesquisa



Fonte: Dados elaborados pelas pesquisadoras (2022).

- b) dificuldades em compreender o processo de implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação (formato, infraestrutura, integração, registro, agenda dos estudantes, avaliação);
- c) estabelecer relação entre instituição e comunidade externa;
- d) o cumprimento e interpretação da legislação em relação ao desenvolvimento de práticas de projetos, programas, eventos, parcerias e outras atividades integrada a 10% da carga horária dos componentes curriculares dos cursos de graduação;
- e) dificuldades em compreender a diferença entre atividades complementares e extensionistas;
- f) considerar a execução de projetos institucionais e eventos (técnico, científico, cultural) como forma transversal e interdisciplinar para trabalhar atividades extensionistas;
- g) as formas de acompanhamento e avaliação da curricularização da extensão ainda está em discussão nos campi que ofertam os cursos de graduação; e
- h) a temática “curricularização da pesquisa” ainda é pouco discutida nos campi que ofertam os cursos de graduação.

A partir das categorias elencadas observamos que a temática central se trata da necessidade de se conhecer o perfil dos estudantes, ingressantes e egressos, considerando a relação entre a instituição e a comunidade externa, visando o desenvolvimento de atividades e projetos extensionistas. Isso implica repensar a forma de ampliar e aprimorar o diálogo com os campi de oferta de cursos superiores na instituição, para que estas dificuldades elencadas sejam sanadas. A seguir, estas categorias serão analisadas na perspectiva de apontar as fragilidades e desafios deste processo de curricularização.

2.2 Os desafios no processo de implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação do IFMT

Os cursos de graduação do IFMT estão passando por reformulação de seus PPC, considerando a inserção da extensão em seus currículos⁸. E com isso, um dos aspectos marcantes observados a partir do levantamento de informações sobre este processo—realizado por meio da aplicação do questionário “Curricularização da Extensão—por onde começar?” -, foram os desafios elencados.

Parece-nos que nas entrelinhas das dificuldades encontradas por docentes e gestores de cursos superiores estaria um posicionamento ainda muito arraigado na concepção de que as atividades extensionistas seriam atividades complementares ao ensino e à pesquisa. Essa visão impacta diretamente na realização e no registro das ações extensionistas, prin-

⁸ Período de referência: 2021 a 2023.

principalmente quando estas estão diretamente relacionadas a componentes curriculares que ofertam uma porcentagem de sua carga horária em extensão.

Nesse sentido, consideramos que há dificuldade na forma de executar e integrar a extensão aos componentes curriculares dos cursos de graduação, pois percebemos que o foco na carga horária ainda é um fator de resistência, como demonstra o seguinte relato:

A curricularização da Extensão não deveria diminuir a carga horária das disciplinas fundamentais dos cursos (Respondente B).

São nítidas as dúvidas quanto à concepção e concretização do processo de curricularização da extensão, como apontam os relatos:

A curricularização da Extensão não poderia tirar carga horária das disciplinas[...] (Respondente B)

Minha sugestão é que o IFMT envie um ofício para o MEC para baixar esse percentual de 10% da Curricularização da Extensão para menos de 4% (Respondente G)

Que não houvesse isso [curricularização da extensão], já que o campus já oferta eventos para comunidade (Respondente J)

Depreendemos dessas sugestões—e de tantas outras que demandam orientações/formações para tratar do processo de curricularização da extensão -, que existem muitos questionamentos quanto ao o que significa a integração da extensão no currículo e como este processo pode ser realizado, mediante as especificidades de cada curso superior.

Para a incorporação da extensão nos currículos de cursos superiores exige-se um esforço institucional para a mudança de mentalidade—muitas vezes reducionista—sobre as práticas extensionistas. Para tanto, é preciso investimento na preparação do corpo docente e técnico das instituições de ensino superior, abordando conceitos, metodologias e o processo de avaliação da extensão integrada ao currículo (COSTA, 2019).

Além disso, faz-se necessário compreender que a execução de atividades de extensão demanda da gestão uma articulação para disponibilização de recursos financeiros, materiais e humanos proporcionais à complexidade dos projetos extensionistas propostos. A fragilidade em termos de infraestrutura e de recursos disponíveis pode acarretar na incapacidade das instituições de incorporar a extensão nos currículos de forma satisfatória. Assim, acreditamos ser necessário a mobilização total das instituições para garantir todos os aparatos necessários para viabilizar as práticas de ensino, pesquisa e extensão.

Consideramos ainda que a curricularização da extensão pressupõe uma estreita articulação com as comunidades externas e as instituições de ensino superior, de modo que seja possível identificar as demandas deste público, promovendo assim ações que acarretam em transformação social (PARO, 2021; FREIRE, 1986). Todavia, o estabelecimento de parcerias e integração de atividades extensionistas com as necessidades e interesses das comunidades circunvizinhas pode revelar-se um grande desafio para as IES. Neste sentido,

é preciso o exercício de uma escuta ativa, do estabelecimento de diálogo constante e organização de estratégias de engajamento (FERNANDES *et al.*, 2012).

Ainda sobre os desafios, evidencia-se a necessidade de um estudo sobre a adequação da matriz curricular à legislação–referência para a implementação -, mas sem deixar de lado a identidade e as especificidades de cada curso da instituição.

Aparece ainda como problema a inserção da extensão nos currículos dos cursos, seja na disciplina ou em projetos, de forma integrada e interdisciplinar. Com isso há uma necessidade dos professores e envolvidos nesse processo em compreenderem o que é a extensão dentro dos componentes curriculares e ao mesmo tempo acompanhar a formação integral dos estudantes.

De acordo com as afirmações de Ferreira (2021⁹), essa situação ocorre devido à forma como as experiências de extensão foram percebidas ao longo da história da educação superior. Elas foram rotuladas como um tipo de serviço prestado à comunidade, com uma abordagem assistencialista, frequentemente direcionada a grupos em situação de pobreza. Segundo a professora, é preocupante que esse entendimento equivocado ainda perdura nos dias de hoje.

Assim, os desafios identificados nos levam a crer que uma possível solução para as fragilidades aqui levantadas seria reconhecer a importância e necessidade dos dirigentes da instituição (a nível de campus e reitoria) planejarem junto a docentes e técnicos administrativos educacionais a reformulação de PPCs. Além disso, alinhado a esta ação, promover momentos formativos nos parece crucial, objetivando esclarecer aos servidores as legislações vigentes que balizam a implementação da extensão nos currículos dos cursos de graduação.

A instituição precisa refletir sobre estratégias para sanar as dificuldades aqui levantadas, como a formação docente e da equipe técnico-administrativa para atuar nesse processo, esclarecendo a estes servidores que, em última instância, o processo de curricularização da extensão se trata de um meio para dar largos passos em direção à formação humana e cidadã dos estudantes desta instituição.

Neste sentido, a IES estaria proporcionando a estes estudantes uma formação que vai além do conhecimento técnico, os incentivando a refletir, se posicionar e modificar o que for necessário. E neste movimento encontramos a concepção desejada de extensão, que vai além da prestação de serviço e solidariedade, buscando uma abordagem mais abrangente e transformadora.

3. PRÁTICAS INOVADORAS E EXITOSAS NO DECORRER DO PROCESSO DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO IFMT

Na esteira do que considera Alfredo B. Santos (2020), sobre a capacidade das ações extensionistas de impulsionar a função social das Instituições de Ensino e efetivação de po-

9 FERREIRA, Olgamir Amâncio. Palestra: “Desafios e Perspectivas para a Curricularização da Extensão nas IES Públicas”. IFMT, Cuiabá-MT, junho de 2021.

líticas públicas, buscaremos tecer considerações sobre práticas exitosas e inovadoras em cursos superiores do IFMT, a partir da curricularização da extensão. Para tanto, consideramos pertinente tratarmos destes termos que nos são tão caros. A partir do Instrumento de Avaliação de Reconhecimento de cursos superiores (INEP, 2017), compreendemos que práticas exitosas e inovadoras

São aquelas que a IES/Curso encontrou para instituir uma ação de acordo com as necessidades da sua comunidade acadêmica, seu PDI e seu PPC, tendo como consequência o êxito do objetivo desejado. Podem ser também inovadoras quando se constatar que são raras na região, no contexto educacional ou no âmbito do curso. Para isso, o Curso ou a IES podem se valer de recursos de ponta, criativos, adequados ou pertinentes ao que se deseja alcançar. (INEP, 2017, p. 49).

Partindo desta definição, é possível conceber um olhar sobre o processo de curricularização da extensão em dois campi do IFMT. A escolha destes cursos não foi aleatória, mas sim pautada nos resultados compartilhados pelos gestores dos cursos¹⁰. Consideramos importante ressaltar que para ambos foi feita a seguinte pergunta: Como a curricularização da extensão está contemplada no PPC do curso e como foi o processo de execução?

O primeiro processo de curricularização da extensão por nós acompanhado foi o do curso de Bacharelado em Biotecnologia, do município de Lucas do Rio Verde, localizado ao norte do estado de Mato Grosso. Por meio de uma apresentação minuciosa, o coordenador do curso, Reginaldo Vicente Ribeiro, relatou os resultados alcançados até o momento no curso.

Ribeiro argumentou que foi preciso estabelecer desde o início um planejamento para a construção de propostas para a curricularização da extensão no curso. Na visão do docente, a implementação da curricularização da extensão foi facilitada pela existência prévia de atividades extensionistas no contexto do curso, o que contribuiu para uma integração mais eficiente no currículo. Contudo, ressaltou que foi fundamental que as atividades de extensão fossem direcionadas de acordo com as características específicas do público-alvo, abrangendo tanto as comunidades, interna e externa, quanto o setor produtivo.

Além disso, Ribeiro afirmou que para garantir o engajamento e a participação efetiva da comunidade, foi imprescindível promover a sensibilização em relação às iniciativas extensionistas, buscando conscientizar e envolver os diferentes atores envolvidos no processo. Dessa forma, ao considerar as particularidades do público-alvo—incluindo o acompanhamento de egressos do curso—, é possível fomentar uma compreensão ampla e consciente das atividades de extensão. Assim foi preciso pensar estrategicamente aspectos práticos, como carga horária e horário de aulas/atividades/projetos, podendo ainda promover uma

¹⁰ A inovação relacionada à extensão nestes cursos se evidenciou desde o início do processo de reformulação do Projeto Pedagógico de Curso, sendo posteriormente confirmado o êxito das práticas realizadas, quando da realização das reuniões com a equipe do projeto. A primeira reunião foi realizada no dia 03/03/2023, com o coordenador do curso de Bacharelado em Biotecnologia (Campus Avançado de Lucas do Rio Verde) via Google Meet. A segunda reunião foi realizada no dia 16/03/2023, com membros da equipe de gestão do Campus Cáceres, além da coordenadora do curso de Licenciatura em Química. Ambos coordenadores de curso e gestores concederam-nos o direito de publicação dos dados apresentados à equipe do Projeto de Pesquisa.

maior integração entre a academia, a comunidade externa e o setor produtivo, fortalecendo assim o impacto e a relevância social dessas iniciativas (MIGUEL, 2023).

Uma particularidade que consideramos importante ressaltar é que o curso de Biotecnologia se trata de um curso noturno, fato este que exigiu da equipe do campus uma nova estrutura quanto à carga horária a ser trabalhada, incluindo componentes com carga horária específica para atividades de extensão e horários de atividades aos sábados. Sob a perspectiva de inovação, Ribeiro relatou que foi estabelecido no novo PPC do curso componentes curriculares eletivos, que possibilitam a mobilidade estudantil e a formação continuada, uma vez que alguns destes componentes são abertos para a comunidade externa mediante matrícula especial.

Atividades de cunho inovador e que se mostraram exitosas foram também contempladas a partir da curricularização da extensão no curso. Foram desenvolvidos projetos extensionistas como: (1) realização de análises físico-químicas e microbiológicas de produtos–Agricultura familiar; (2) desenvolvimento de novos produtos locais, como cogumelos comestíveis, produtos fermentados, plantas aromáticas e medicinais–Agricultura familiar; (3) realização de minicursos/oficinas–produção e uso de biodefensivos e biofertilizantes. Nesta perspectiva, Reginaldo argumenta que a nova estrutura do PPC do curso permitiu diferentes abordagens para a concretização da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Para garantir a qualidade e o aprimoramento constante do curso, foi considerado essencial a realização de avaliações internas que envolviam tanto a autoavaliação dos docentes, quanto dos estudantes e o acompanhamento de lançamentos de conteúdo/carga horária, relata Ribeiro. De acordo com o coordenador, essa avaliação interna proporciona um mecanismo de retroalimentação, permitindo que tanto os professores como os estudantes reflitam sobre seu desempenho e identifiquem oportunidades de melhoria.

O docente finalizou a reunião explicando à equipe do projeto de pesquisa que existe uma necessidade emergente na organização dos cursos superiores do Instituto em estabelecer um mecanismo de trocas de experiências e formação continuada para o corpo docente e técnico da instituição no que se refere a curricularização, não somente da extensão, mas também da pesquisa.

Em um segundo momento, a equipe do projeto de pesquisa teve a oportunidade de conversar com servidoras do Campus Cáceres–sudoeste de Mato Grosso -, contando com a presença da coordenadora do curso de Licenciatura em Química, Mônica Elizabeth Craveiro Theodoro, a diretora de Ensino, Inez Aparecida Deliberaes, e a professora Claudia Roberta Gonçalves.

Theodoro nos esclareceu que, no início, houve dificuldades em compreender o Regulamento institucional sobre a curricularização da extensão. No entanto, a partir de discussões com colegas do curso e da gestão, foi possível perceber que esse documento possibilita aos cursos abordarem a implementação da extensão de acordo com o perfil específico de

cada curso. Dentro desse contexto, a coordenadora explicou que existem componentes que fazem a interface entre o ensino de química e o trabalho por projetos extensionistas. Esses componentes fornecem uma abordagem prática e aplicada aos estudantes.

Neste sentido, a professora Claudia Roberta Gonçalves ressaltou que o grande triunfo das atividades extensionistas foi a verificação do empenho dos estudantes, uma vez que perceberam uma aproximação clara das práticas educacionais em benefício da sociedade. Um exemplo disso, conforme Gonçalves, foi a implementação do projeto “Química na praça”, que promove a interação dos estudantes com a comunidade externa, tendo um efeito positivo no despertar do interesse dos estudantes pelo estudo da Química. Além disso, foi observada uma melhoria no desempenho dos estudantes nas atividades dos componentes curriculares após o retorno da prática extensionista com a comunidade externa. Compreendemos, deste modo, que essa abordagem promove uma mudança significativa no perfil do estudante, passando de espectador a protagonista do seu próprio processo de aprendizagem (VOLKWEISS *et al.*, 2019).

A coordenadora do curso nos relatou que no Campus Cáceres foi constituída uma Comissão de Apoio Permanente à Curricularização da Extensão. Essa comissão teria como propósito auxiliar os professores e propor projetos extensionistas nos quais a equipe participa em formato de rodízio, tanto para coordenar, quanto para ser membro destes projetos, visando atender as demandas do curso. Neste sentido, para garantir a flexibilidade e evitar restrições, todo semestre é realizado um levantamento das demandas por temas a serem abordados nos projetos de extensão, buscando evitar uma abordagem engessada.

Foi explicado, ainda, que os professores responsáveis pelos componentes curriculares devem inserir os projetos de extensão nos planos de ensino e submetê-los aos editais de livre iniciativa via extensão. Dessa forma, esses projetos serão registrados tanto pelos planos de ensino quanto pela extensão, possibilitando a emissão dos certificados aos participantes.

Já os projetos de extensão que não estão diretamente relacionados aos componentes curriculares priorizam a participação em editais com fomento/recursos. Esses projetos são desenvolvidos ao longo de um ano, o que permite um maior impacto durante o período em que os estudantes estão matriculados. Theodoro ressaltou ainda que é importante o acompanhamento da submissão dos projetos extensionistas, especialmente no que diz respeito à carga horária. Segundo a docente, o registro da carga horária extensionista ainda é uma dificuldade, pois deve ser devidamente registrada no sistema¹¹ de forma precisa e adequada.

Posteriormente foi dado destaque ao acompanhamento do processo de implementação da curricularização da extensão em relação ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), pois esta análise tem sido constante e contínua. O NDE estaria envolvido e inserido em todas as etapas desse processo, fazendo parte da equipe e também da comissão responsável.

11 No Instituto Federal de Mato Grosso utiliza-se o Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP) para o lançamento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Mônica Theodoro pontuou, por fim, a necessidade de se contemplar uma pontuação em processos de seleção de projetos de ensino/pesquisa/extensão que visam a curricularização da extensão.

4. CONCLUSÃO

A pesquisa demonstrou alguns aspectos positivos em relação à implementação da extensão no currículo dos cursos de graduação do IFMT, como a preocupação dos gestores institucionais, professores e equipe técnico-administrativa em cumprir a legislação ao reformular seus PPC e também ao possibilitar momentos de diálogos sobre a temática.

Em contrapartida, também se evidenciam as fragilidades nesse processo e alguns desafios no sentido de aprimorar e fortalecer a concepção e caracterização da extensão e sua indissociável relação com o ensino e pesquisa.

Há que se considerar que a avaliação da extensão e seu reconhecimento acadêmico são desafios importantes. É fundamental estabelecer critérios claros de avaliação que considerem os objetivos, resultados e impactos da extensão no currículo. Além disso, é necessário o reconhecimento formal da extensão como parte integrante do currículo, com a valorização dos professores e estudantes envolvidos e sua inclusão em processos de progressão e promoção acadêmica.

Notamos que ainda é preciso avançar nas discussões para efetivar os objetivos da curricularização da extensão visando à legislação vigente, uma vez que demanda das Pró-reitorias o assessoramento aos campi quanto a este processo, mediante a composição curricular e estabelecimento de indicadores, tecnologias e instrumentos de acompanhamento desse processo, assim como estabelecimento de formação continuada em extensão. Para tanto, é necessário estabelecer estratégias de orientação, acompanhamento e avaliação deste processo.

Assim, o estudo busca contribuir para além da compreensão do processo de curricularização, indagando a concepção de extensão cunhada a partir da Resolução CONSEPE/IFMT nº 021/2021, que nos remete à articulação ao ensino e à pesquisa de forma “indissociável, ampliando a relação transformadora entre a instituição e os segmentos sociais, promovendo o desenvolvimento local e regional, a partir da socialização da cultura e do conhecimento técnico-científico” (IFMT, 2021).

Outro fator importante que se apresenta com a realização desta pesquisa é entendermos que para além da participação docente, a participação do corpo técnico-administrativo pode ocorrer em diversas frentes do processo de curricularização da extensão, podendo ser o assessoramento da composição curricular, da elaboração das práticas/modalidades de extensão, da avaliação, da orientação, acompanhamento e da formação continuada, sendo estes alguns dos nichos de ação dos técnicos administrativos.

Compreender tal processo coloca em foco a função social da instituição, que tem por compromisso estabelecido em seu PDI a educação transformadora. É propósito do IFMT,

consequentemente, obter êxito nas práticas que de fato transparecem a relação da extensão dentro do processo educativo, oferecendo aparatos profissionais, técnicos e de sociabilização com a comunidade externa.

A nosso ver, torna-se necessário estabelecer uma agenda geral de atendimento aos cursos de graduação pelas Pró-reitorias de ensino e extensão, para discussão em cada curso, com o compartilhamento de experiências inovadoras e exitosas deste processo tão complexo, mas que também haja a promoção de um olhar mais específico para cada um deles, de forma a promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (SILVA, CEZAR, 2015).

Por fim, ao considerarmos o caráter holístico da relação de ensino, pesquisa e extensão, compreendemos que o processo de curricularização da extensão vem ao encontro da melhora da qualidade do ensino ofertado pelas IES no Brasil. Esperamos que floresça deste processo de curricularização da extensão inúmeras abordagens que fortaleçam a relação entre a academia e a sociedade, colocando o conhecimento científico e os recursos institucionais ao alcance direto das comunidades que circunscrevem as instituições de ensino.

5. AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar nosso agradecimento pela iniciativa do Instituto Federal de Mato Grosso em estimular a participação efetiva dos técnicos administrativos em projetos de pesquisa, assim como à FAPEMAT pelo fomento à iniciação científica.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daisy Santos de; CAPUTO, Maria Constantina. Extensão universitária e cidadania: conceitos, histórico e práticas no Brasil e na UFBA. In: Universidade e sociedade : concepções e projetos de extensão universitária / Maria Constantina Caputo, Carmen Fontes Teixeira (Org.).-Salvador: EDUFBA, 2014. p. 15-31.

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 70 LDA, 1977.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Maria Clara Bicudo Cesar. Brasília, 2007. 88 p.

BRASIL. Presidência da República Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 Aprova o **Plano Nacional de Educação PNE** e dá outras providências Disponível em: extensão ufrj br/ images/stories/Anexos/PNE_ 2014. Acesso em janeiro de 2023.

BRASIL. **Resolução n. 7, de 18 de dez. de 2018**: Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201, que aprova o Plano Nacional de Educação–PNE 2014-2024 e dá outras providências; 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_

[CNECESN72018.pdf](#). Acesso em: 18 de julho de 2023.

COSTA, Wanderley Nara Gonçalves. Curricularização da extensão: o desafio no contexto das licenciaturas. **Revista Panorâmica** – ISSN 2238-9210–Edição Especial 2019.

FERNANDES, Marcelo Costa; SILVA, Luciane Maria Sales da; MACHADO, Ana Larissa Gomes; MOREIRA, Thereza Maria Magalhães. Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. **Educação em Revista** | Belo Horizonte | v. 28 | n. 04 | p. 169-194| dez. 2012.

FERREIRA, Olgamir Amâncio. **Desafios e Perspectivas para a Curricularização da Extensão nas IEs Públicas**. YouTube, 06 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=axKGqv4dPFg>. Acesso em: 19 de julho de 2023.

FORPROEX, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão/ Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Porto Alegre : UFRGS ; Brasília : MEC/SESu, 2006. Disponível em: https://www.uemg.br/downloads/indissociabilidade_ensino_pesquisa_extensao.pdf. Acesso em janeiro, 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.

IFMT. **Resoluções CONSEPE nº021**, de 20 de abril de 2021. Disponível em: https://ifmt.edu.br/media/filer_public/f2/e9/f2e9f18d-c106-48e0-92d5-224f90d6a30d/resolucao_21-2021_-_recomendar_a_aprovacao_do_regulamento_para_a_curricularizacao_da_extensao_com_anexo.pdf. Acesso em: 19 de julho de 2023.

IFMT. **Resolução CONSUP 22/2021**, de 25 de maio de 2021. Disponível em: https://proen.ifmt.edu.br/media/filer_public/b7/1d/b71dae1c-3a6e-4c31-8eca-adbd0662cfd5/resolucao_22_regulamento_da_curricularizacao_da_extensao.pdf. Acesso em: 19 de julho de 2023.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum. **Curricularização da extensão: experiência da articulação extensão-pesquisa-ensino-extensão como potencializadora da produção e aplicação de conhecimentos em contextos reais** / Simone Loureiro Brum Imperatore.–Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

INEP. **Instrumentos de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em: 18 de julho de 2023.

JUNG, Hildegard Susana; FOSSATTI, Paulo. (2018). Duas décadas de LDB 9394/96: gênese, (des)caminhos, influência internacional e legado. **Teoria E Prática Da Educação**, 21(3), 53-65. <https://doi.org/10.4025/tpe.v21i3.45213>

MENEZES, Ana Luisa Teixeira de; SÍVERES, Luiz. **Nas Fronteiras da Indissociabilidade** – A Contribuição da Extensão Universitária. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

MIGUEL, José Carlos. A curricularização da extensão universitária no contexto da função social da universidade. **Revista Práxis Educacional** • 2023• v. 19, n. 50. 31 de janeiro de 2023

PARO, César Augusto. Extensão universitária na transformação social: apontamentos a partir da extensão popular. **Estudos Universitários: revista de cultura**, UFPE/Proexc, Recife, v. 38, n. 2, p. 129-162, jul./dez., 2021.

PEREIRA, Noemi Ferreira Felisberto; VITORINI, Rosilene Alves da Silva. Curricularização da Extensão: Desafio da educação superior. **Interfaces–Revista de Extensão da UFMG**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/19047>. Acesso em: 6 out. 2023.

PDI, **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2019-2023**/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso–Cuiabá: IFMT, 2019.

SANTOS, Alfredo Balduino. **A curricularização da extensão universitária a partir do plano nacional de Educação do Brasil: dificuldades e possibilidades**. Tese de doutoramento. 2020. Universidade do Minho, Braga/PT. 245 pp.

SILVA, Mariane Carloto da; CEZAR, Amanda do Prado Ferreira. **Aprendizagem e o currículo no ensino superior: algumas considerações sobre adaptação curricular**. In: XII Congresso Nacional de Educação, 2015, Curitiba. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20566_11249.pdf. Acesso em janeiro, 2023.

VOLKWEISS, Anelise; LIMA, Vanessa Mendes de; RAMOS, Maurivan Güntzel; FERRARO, José Luís Schifino. (2019). Protagonismo e participação do estudante: desafios e possibilidades. **Educação Por Escrito**, 10(1), e 29112.

Informações do artigo

Recebido: 26 de julho de 2023.

Aceito: 02 de novembro de 2023.

Publicado: 28 de dezembro de 2023.

Como citar esse artigo (ABNT)

OJEADA, Caroline Martins; LOPES, Patrícia Pereira da Silva; BATISTA, Vanessa. Sobre a curricularização da extensão nos cursos superiores do IFMT: uma análise dos percursos e desafios. **Revista Prática Docente**, Confresa/MT, v. 8, n. 1, e23044, 2023. <https://doi.org/10.23926/RPD.2023.v8.n1.e23044.id741>.

Como citar esse artigo (APA)

OJEADA, C. M.; LOPES, P. P. S.; BATISTA, V. (2023). Sobre a curricularização da extensão nos cursos superiores do IFMT: uma análise dos percursos e desafios.. *Revista Prática Docente*, 8(1), e23044. <https://doi.org/10.23926/RPD.2023.v8.n1.e23044.id741>

Editores da Seção

Marcelo Franco Leão 

Editor Chefe

Thiago Beirigo Lopes 